

INFORME JURÍDICO

ANO XXV

INFORME DA ADVOCACIA CELSO BOTELHO DE MORAES

22 / NOVEMBRO / 2021

DESTAQUES

STF TEM MAIORIA PARA REDUZIR ICMS SOBRE TELECOMUNICAÇÕES

Alíquota pode cair de 25% para 17%

Por Joice Bacelo, Valor — Rio

[Leia Mais](#)

LIMITE DE DEDUÇÃO DO IR COM VALE REFEIÇÃO PODE PARAR NA JUSTIÇA

Mudança de regras por meio do Decreto nº 10.854 terá validade a partir de 11 de dezembro

Por Fabio Graner e Adriana Aguiar — De Brasília e São Paulo

[Leia Mais](#)

CÂMARA QUER REFIS COM REGRAS IGUAIS PARA TODOS E PREPARA MANOBRA PARA DAR PALAVRA FINAL

Relator disse ao Valor que pretende apresentar seu parecer na terça-feira, mas ainda será necessário discutir com os partidos o texto antes de votá-lo

Por Raphael Di Cunto, Valor — Brasília

[Leia Mais](#)

INCENTIVO FISCAL ILEGAL

TJ-DF SUSPENDE COBRANÇA DE VALORES DE ICMS PERDOADOS PELO GOVERNO DISTRITAL

Por José Higídio

Diante da constitucionalidade da Lei Distrital 4.732/2011 e da inexigibilidade do crédito, a 2ª Turma Cível do Tribunal de Justiça do Distrito Federal extinguiu o cumprimento de uma sentença referente a um valor de R\$ 11,4 milhões, supostamente devidos por uma indústria de alimentos, a título de ICMS.

[Leia Mais](#)

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

INCLUSÃO DO IPI NA BASE DE CÁLCULO DE PIS/COFINS RECOLHIDA POR MONTADORAS DE VEÍCULOS É CONSTITUCIONAL

Por unanimidade, o STF reconheceu a constitucionalidade da regra no julgamento de Recurso Extraordinário com repercussão geral.

[Leia Mais](#)

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECEITA FEDERAL LEVA "PITO" DE MINISTRA DO STJ

Regina Helena Costa aponta que o Fisco edita normas sem respaldo em lei e situação não é rara

Por Joice Bacelo

[Leia Mais](#)

1ª SEÇÃO

STJ: FAZENDA PODE COBRAR CRÉDITO NA FALÊNCIA E NA EXECUÇÃO FISCAL SIMULTANEAMENTE

Colegiado entendeu que essa habilitação é legal mesmo antes da vigência da alteração na Lei de Recuperações e Falências

CRISTIANE BONFANTI - JOTA

[Leia Mais](#)

FARINHA POUCA

STJ MANTÉM SUSPENSOS PRECATÓRIOS CONTRA MUNICÍPIO POR AMEAÇAR ORÇAMENTO

Por Danilo Vital

Com o intuito de evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas, a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça decidiu manter, nesta quarta-feira (17/11), a suspensão dos efeitos de um acórdão que obrigaria o município de Betim (MG) a desembolsar cerca de 10% do próprio orçamento em precatórios.

[Leia Mais](#)

CONFERÊNCIA DE AÇÕES

INCIDE IOF NAS MOVIMENTAÇÕES DE CONTRATO DE CÂMBIO SIMBÓLICO, DIZ STJ

Por Danilo Vital

Incide IOF em operações simbólicas de câmbio feitas com o intuito de integralização de ações de empresa brasileira com novas ações de companhias estrangeiras.

[Leia Mais](#)

1ª SEÇÃO

STJ DECIDE QUAL SÓCIO DEVE RESPONDER POR DÍVIDA DE EMPRESA FECHADA IRREGULARMENTE

1ª Seção adia julgamento que vai dizer se é possível responsabilizar quem gerenciava a empresa à época do fato gerador do tributo

CRISTIANE BONFANTI

[Leia Mais](#)

589 DIAS DE ATRASO

STJ VOLTA A OPOR DESÍDIA DO DEVEDOR E CONVENIÊNCIA DO CREDOR SOBRE MULTA

Por Danilo Vital

A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça começou, mais uma vez, a discutir a possibilidade de reduzir o valor final de condenação em astreintes imposta a uma operadora de plano de saúde que demorou para cumprir uma ordem judicial, apesar da imposição de multa diária por descumprimento.

[Leia Mais](#)

MEIOS PARA EXECUÇÃO

STJ LIBERA CONSULTA AO CADASTRO NO BACEN PARA APURAR PATRIMÔNIO POR DÍVIDA CÍVEL

Por Danilo Vital

Não há qualquer impedimento à consulta ao Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro (CCS-Bacen) nos procedimentos cíveis, devendo ser considerado como apenas mais um mecanismo à disposição do credor na busca para satisfazer o seu crédito.

[Leia Mais](#)

CONTROLES DIFERENTES

STJ PROMOVE DISTINÇÃO PARA FUNDAMENTAR QUEBRA DE SIGILO FISCAL E DE COMUNICAÇÕES

Por Danilo Vital

Para fins de fundamentação apta a justificar uma quebra de sigilo, o nível de exigência deve ser maior para o caso das telecomunicações, que são compostas da livre expressão do pensamento e podem portar os segredos mais íntimos da pessoa humana, do que para o sigilo bancário, formado por dados estáticos já conhecidos por instituições financeiras e inúmeras pessoas, porém apenas não divulgados ao público em geral.

[Leia Mais](#)

DIRETO DA CORTE

STJ RECEBE LISTAS DOS TRFS COM OS CANDIDATOS A DUAS VAGAS DE MINISTRO

O Superior Tribunal de Justiça recebeu na terça-feira (16/10) as listas dos cinco Tribunais Regionais Federais (TRFs) com os nomes dos desembargadores interessados em concorrer às vagas abertas de ministro com a aposentadoria de Napoleão Nunes Maia Filho e Nefi Cordeiro.

[Leia Mais](#)

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

MERA EXPECTATIVA

VALORES RECEBIDOS VIA STOCK OPTIONS NÃO INTEGRAM CÁLCULO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA

Valores recebidos na modalidade de remuneração stock options não têm caráter remuneratório e, assim, não entram no cálculo da pensão alimentícia.

[Leia Mais](#)

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

DESEMPATE PRÓ-CONTRIBUINTE

CARF: NÃO INCIDE IRPF SOBRE GANHOS OBTIDOS POR STOCK OPTIONS

Conselheiros entenderam que esse tipo de plano tem caráter mercantil e, portanto, sem natureza remuneratória

MARIANA RIBAS - JOTA

[Leia Mais](#)

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PL 3203/2021

PRESIDENTE DA CFT VAI RELATAR PL SOBRE FIM DE INCENTIVOS DETERMINADO POR PEC EMERGENCIAL

Eliminação gradativa dos benefícios fiscais é exigência de Emenda Constitucional promulgada em março deste ano

BÁRBARA MENGARDO, ÉRICO OYAMA, RAQUEL ALVES, , JOTA PRO TRIBUTOS

[Leia Mais](#)

COMISSÃO APROVA PROJETO QUE DETALHA REGRAS PARA FISCALIZAÇÃO DE CONTRIBUINTE

Documento que atesta início da auditoria deverá conter, por exemplo, o objeto da fiscalização e o nome da autoridade responsável

Cleia Viana/Câmara dos Deputados

[Leia Mais](#)

SENADO FEDERAL

PRESIDENTE DO SENADO DEFENDE VOTAÇÃO RÁPIDA DE PROPOSTA QUE DESONERA FOLHA DE PAGAMENTO

Da Agência Senado

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, defendeu a proposta que prorroga até 31 de dezembro de 2023 a desoneração da folha de pagamento para 17 setores da economia, considerados de uso mais intensivo de mão de obra. O PL 2.541/2021 foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara de forma conclusiva nesta quarta-feira (17) e poderá ser enviada diretamente ao Senado se não houver recurso para votação também em plenário pelos deputados.

[Leia Mais](#)

SENADO ANALISARÁ MP QUE REcria MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

De acordo com a MP, as atribuições de trabalho e previdência, até então a cargo do Ministério da Economia, passam a nova pasta ministerial

Roque de Sá/Agência Senado

Proposições legislativas MPV 1058/2021, MPV 905/2019

[Leia Mais](#)

PRORROGADA MEDIDA PROVISÓRIA QUE ZERA TRIBUTOS SOBRE IMPORTAÇÃO DE MILHO

Editada pelo Planalto para compensar baixa oferta de milho no país, MP foi estendida pelo Congresso por mais 60 dias

Roque de Sá/Agência Senado

Proposições legislativas MPV 1055/2021, MPV 1056/2021, MPV 1071/2021, MPV 1072/2021

[Leia Mais](#)

POLÍTICA DE INCENTIVO À RECICLAGEM É APROVADA PELO SENADO E VAI À SANÇÃO

Relator, Luís Carlos Heinze (PP-RS) não acatou emendas; com isso, texto vai à sanção

Waldemir Barreto/Agência Senado

Proposições legislativas PL 6545/2019

[Leia Mais](#)

SENADO DEBATE PEC DOS PRECATÓRIOS NESTA SEGUNDA; ENTENDA AS PROPOSTAS ALTERNATIVAS

Senadores buscam proposta de consenso para viabilizar pagamento do Auxílio Brasil

Waldemir Barreto/Agência Senado

Proposições legislativas

PEC 23/2021

PEC 42/2021

[Leia Mais](#)

OPINIÃO

INCENTIVO FISCAL DO PAT: A ILEGALIDADE DAS LIMITAÇÕES DO DECRETO 10.854/2021

Por Arthur Wendling Villela e Humberto Moreno de Almeida

[Leia Mais](#)

NOVAS REGRAS DO PAT PODEM INIBIR FRAUDES SOBRE BENEFÍCIOS

Uso do benefício passa a ser restrito a restaurantes e similares ou para a aquisição de gêneros alimentícios no comércio

Por Adriana Aguiar — De São Paulo

[Leia Mais](#)

FIM DE DESCONTO DEVE LEVAR GRANDES EMPRESAS DE VALE-REFEIÇÃO À JUSTIÇA

Decreto veda prática usada pelas maiores empresas do setor de compensar as taxas cobradas dos estabelecimentos com descontos, o chamado rebate

Por Adriana Aguiar, Valor — São Paulo

[Leia Mais](#)

O Informe Jurídico é um informativo diário elaborado pela ADVOCACIA CELSO BOTELHO DE MORAES contendo uma coletânea das principais notícias de interesse empresarial e da legislação federal, estadual e do Município de São Paulo publicadas nos Diários Oficiais e jornais do país.

Adicione nosso remetente aos seus contatos, pois assim os provedores não classificarão nossas mensagens um spam. "envio.advcbm.com.br".

Se você não deseja mais receber nossos e-mails, [cancele a sua inscrição aqui](#).